

O Instituto Guaicuy tem acompanhado, como ouvinte, as reuniões mensais, onde a AECOM, auditora do Programa de Recuperação Socioambiental (PRSABP) e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), apresenta para as Instituições de Justiça e Estado um diagnóstico sobre o cumprimento das ações e projetos em que a Vale S/A tem a obrigação de fazer, segundo o Acordo judicial.

Os principais pontos de atenção sobre o andamento do ERSHRE levantados pelo Instituto Guaicuy **na reunião do dia 06/04/2026** são apresentados a seguir. As informações são baseadas exclusivamente no conteúdo apresentado pela auditoria.

Avanços no Plano de Comunicação - Comunicação da Transição

Os dados apresentados durante a reunião da auditoria da AECOM, apontam, assim como divulgado no boletim anterior, que os esforços da ERM foram concentrados no plano de comunicação da transição entre a antiga empresa executora e a ERM, a nova responsável pelos estudos. O Plano de Comunicação prevê um total de:

- ▶ 45 reuniões com o poder público municipal e ATIs;
- ▶ 414 agendas com lideranças e comunidades;
- ▶ 32 reuniões devolutivas ao longo de 2026.

Até o marco do período dessa auditoria, que foi dia 15 de março, a AECOM informou que o acumulado aponta para a realização de **37 reuniões com o poder público e ATIs**, sendo 12 delas ocorridas no mês de março, envolvendo entidades como Guaicuy, NACAB, INSEA, INCRA, Funai e municípios como Betim, Brumadinho, Biquinhas e a Regional

de Saúde de BH. No que diz respeito ao contato direto com a população, foram realizadas as primeiras **14 reuniões com lideranças**, concentradas majoritariamente na região de Brumadinho. Embora as **devolutivas oficiais** ainda não tenham sido iniciadas, a auditoria acompanhou um simulado técnico visando o treinamento e a ambientação do grupo de execução para garantir a qualidade dessas futuras devolutivas com as pessoas atingidas.

Pontos de atenção e recomendações técnicas

A auditoria destacou que o avanço das reuniões com lideranças comunitárias está abaixo do esperado, sendo classificado por eles como um avanço *"modesto"*. Existe uma preocupação da AECOM de que o cronograma, previsto para encerrar em maio, sofra atrasos, o que pode comprometer o início das coletas (Fase 2) programadas para agosto. Outro ponto crítico identificado durante as reuniões em Brumadinho foi uma percepção

equivocada das pessoas atingidas de que a não participação nas reuniões de comunicação implicaria na ausência de respostas sobre o estudo. A auditoria reforça e recomenda que a ERM esclareça que a metodologia garante respostas sobre a avaliação de risco para todas as áreas de estudo, independente da presença física das pessoas atingidas nestas etapas iniciais.

Detalhamento dos Projetos Técnicos

A AECOM afirmou que o processo está em uma fase decisiva de atualização das diretrizes metodológicas, que nada mais são do que o roteiro técnico e as normas que guiarão a execução dos Estudos de Risco. Essa revisão, iniciada pela ERM, busca garantir que a forma de conduzir os estudos esteja rigorosamente alinhada às exigências dos órgãos reguladores (como a FEAM e a Secretaria de Saúde, que validam o trabalho) e que as análises possam refletir o que os territórios apresentam hoje.

1. Sobre o detalhamento do Projeto de Meio Ambiente e Risco Ecológico

Segundo a auditoria, essas duas frentes caminham de forma parecida e encontram-se em estágio avançado de validação técnica (próximo da aprovação final). Após a solicitação de revisão da metodologia por parte da auditoria e dos órgãos técnicos, a empresa ERM enviou o que a AECOM chamou de tabelas de respostas, contendo as justificativas e ajustes solicitados. Os projetos aguardam o parecer final da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). De acordo com a auditoria, uma vez emitido o parecer favorável, os documentos de detalhamento dos projetos de Meio Ambiente e de Risco Ecológico serão imediatamente homologados e disponibilizados para consulta pública no portal da auditoria.

2. Projeto de Saúde Humana

O projeto focado na metodologia de avaliação de risco à saúde humana também se aproxima da conclusão. O documento encontra-se sob análise da SES (Secretaria de Estado de Saúde). A expectativa da auditoria é que a última versão apresentada pela ERM reúna as condições necessárias para aprova-

ção pelo órgão. De acordo com a AECOM, assim que a SES emitir o parecer de aprovação, o projeto será disponibilizado para as ATIs e comunidades no portal oficial, garantindo a transparência sobre como a saúde da população será monitorada.

3. Avaliação da AECM sobre os atrasos

A auditoria informou que, embora os processos de revisão dos projetos de Meio Ambiente e Saúde apresentem atrasos em relação às datas planejadas inicialmente, a auditoria realizou uma análise de impacto e concluiu estes atrasos na documentação não impactam o início das coletas de campo (Fase 2), previstas para o segundo semestre e recomenda para a ERM que, para evitar que o cronograma sofra novos desvios, o grupo de execução precisa manter foco absoluto na finalização desses projetos. A prioridade é garantir que as metodologias estejam aprovadas e publicadas antes do início das atividades práticas, permitindo que a população e as instituições acompanhem o trabalho com base em critérios técnicos validados.

Nota da ATI:

Para o conhecimento das pessoas atingidas, de acordo com o cronograma da ERM, executora dos Estudos de Risco, que está disponível para acesso no portal da auditoria da AECOM neste link: https://portal-ajri-documents.s3.sa-east-1.amazonaws.com/ERSHRE_Cronograma_Cen%C3%A1rio%20D_20251217_Aberto.pdf, os prazos para validação e aprovação dos projetos detalhados se daria nas seguintes datas :

- ▶ Avaliação de Risco à Saúde Humana - Meio Ambiente - até dia 18 de fevereiro/26
- ▶ Avaliação de Risco à Saúde Humana - Saúde Pública - até dia 16 de março/26
- ▶ Avaliação de Risco Ecológico - até dia 11 de março/26

Até o fechamento deste boletim, os documentos listados não foram disponibilizados no Portal da auditoria.

Estudo de Segurança do Alimento

Nota da ATI:

Durante o atual período de auditoria, foram apresentadas, pela primeira vez, as informações sobre a execução do Estudo de Segurança do Alimento - ESA, marcando o início das atividades da COOPPETEC, executora deste estudo. Este boletim focará no status e no cronograma que foram discutidos nesta reunião.

Para que as pessoas atingidas possam compreender as metas e a abrangência deste novo estudo, publicaremos em breve uma matéria detalhada com base nos documentos do Portal da Auditoria, explorando os objetivos específicos deste estudo.

Fiquem atentos!!

A auditoria da AECOM informou sobre o início dos trabalhos pela Fundação COPPETEC, após contrato assinado entre Vale e a fundação em 30 de janeiro de 2026. Segundo a auditoria, o **Estudo de Segurança do Alimento - ESA** iniciou sua fase de planejamento abrangendo 29 municípios da Bacia do Paraopeba. Para a AECOM é fundamental distinguir este estudo do Estudo de Risco (ERSHRE), salientando que enquanto o Estudo de Risco avalia múltiplas matrizes, além do alimento, analisando vias de exposição como consumo de água, água subterrânea, alimento, o contato com substâncias contaminadas, como solo, poeira ou água. É uma visão mais ampla. O ESA aprofunda exclusivamente na ingestão de alimentos produzidos na bacia. O objetivo é determinar se o consumo

atual oferece risco à saúde e se os alimentos são próprios para consumo, podendo resultar em medidas específicas de controle sanitário e gestão da cadeia alimentar, diferenciando-se das medidas de remediação ambiental e remoção de rejeitos típicas do Estudo de Risco.

Sobre o desenvolvimento da Fase 1 e o planejamento de atividades de campo, a auditoria informou que a Fase 1 compreende a revisão documental, avaliação de dados existentes e elaboração do plano de amostragem e questionários, além de reuniões de kickoff (é a reunião inicial de um projeto, marcando o pontapé inicial e o início formal das atividades), já realizada e sessões técnicas em março.

Sobre o cronograma, a auditoria apresentou ressalvas quanto ao cronograma entregue pela COOPPETEC. Relataram que a primeira versão foi considerada excessivamente macro e a segunda, entregue em 1º de abril, foi solicitado detalhamento sobre a distribuição das atividades de campo e o dimensionamento das coletas. Uma nova versão, mais robusta e detalhada, é esperada para o dia 9 de abril, visando dar maior segurança aos compromitentes e stakeholders (atores envolvidos no processo) sobre o cumprimento dos prazos previstos. A entrega do cronograma final está agendada para o dia 16 de abril.

Para o avanço do estudo, a auditoria informa que é necessária a entrega de um plano de trabalho detalhado para a Fase 1, a finalização da validação de dados históricos e, principalmente, a apresentação de um plano de comunicação específico para o contato as comunidades e ATIs, estabelecendo um fluxo de diálogo transparente e contínuo sobre o Estudo de Segurança do Alimento.